

PÁG 2

Sexta Livre: Abraceel discute com Rui Altieri perspectivas da CCEE para 2021

PÁG 6

Lançamento da cartilha sobre derivativos de energia é um sucesso

PÁG 8

Abraceel tem avaliação recorde em pesquisa de satisfação

PÁG 10

Apolo, Exponencial e Targus são as novas associadas da Abraceel

PÁG 11

Abraceel apresenta estudo sobre abertura do mercado de energia elétrica ao FASE

PÁG 13

Abraceel Explica: Entenda a MP 1.031 (Desestatização da Eletrobras)

PÁG 17

Curtas

PÁG 20

Próxima semana

PÁG 21

Calendário Abraceel

Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Sexta-Livre: Abraceel discute com Rui Altieri perspectivas da CCEE para 2021

Matéria em 1 minuto

- Rui apresentou dados do crescimento do mercado em 2020, com foco no ACL;
- Apresentou também os temas estratégicos para 2021. Sobre o tema da abertura do mercado, disse que tem grande concordância com o estudo Thymos e que a abertura do mercado poderia ocorrer em 2023;
- Abraceel agendará reunião para que a CCEE apresente proposta para o mercado de capacidade.



Tempo de leitura:
3 minutos

Discutimos com o presidente do Conselho da CCEE, Rui Altieri, em nossa tradicional Sexta Livre, as perspectivas da CCEE para 2021.



Balanço do consumo 2020 e projeção de carga

Iniciando a reunião, Rui apresentou um balanço do consumo 2020 e a projeção de carga, com foco no ACL. Disse que o ano passado foi bastante positivo para o mercado livre, dado o contexto de pandemia. Houve um crescimento no consumo no ACL de 2,8%, onde as categorias de saneamento, comércio e alimentação tiveram grande representatividade, além de forte migração para o mercado livre. Enfatizou também o aumento da participação do consumo de energia do ACL no SIN, que atingiu o recorde de 32%, podendo chegar até 35% ao final deste ano, segundo o executivo.

Sobre a projeção da carga entre 2021 e 2025, a perspectiva é de que aumente a atual carga do SIN de 66.793 MW médios, para 79.600 MW médios no final do horizonte. Para este ano, a previsão é de um aumento de 3,4% da carga, segundo a última revisão elaborada pelo ONS.

Finalizando a pauta, Rui disse que 99,98% do total esperado do empréstimo da Conta Covid já foi repassado às distribuidoras, e a partir de março a Câmara irá começar recolher o valor do empréstimo.

Cenário de leilões

Há 16 certames agendados até 2023, entretanto, se o mercado continuar no ritmo atual, terá pouca demanda nesses leilões, devido principalmente ao cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Altieri, demonstrou preocupação com a questão da sobrecontratação.

Crescimento do mercado

Atualmente existem 10.897 agentes na CCEE, sendo a grande maioria consumidores livres e especiais. Desse total de agentes, 7.685 são consumidores especiais (aumento de 22% em relação a 2019) e 1.049 são consumidores livres (aumento de 12%).

As adesões de consumidores em 2020 deram um salto, mesmo no contexto de pandemia, 1.732 adesões frente a 1.416 em 2019. Há ainda 852 processos de adesão de consumidores em andamento na Câmara.



O foco da Sexta Livre foi a discussão em torno dos temas estratégicos da CCEE em 2020 e os seus desdobramentos, assim como as prioridades e desafios para 2021.

GSF: Rui disse que esse foi um tema estratégico para a CCEE em 2020, mas que está superado. Com a aprovação da regulação pela Aneel no fim do ano passado, o próximo passo é a Câmara divulgar os valores em aberto e as condições para adesão até o dia 02.03.

Disse, também, que o valor líquido a ser pago na retirada das liminares é de R\$ 4,3 bilhões e 60% do valor em aberto está concentrado em 5 agentes.

Formação de preço: Reforçou a importância da adoção do PLD horário e enfatizou que o mercado está preparado para aproveitar as oportunidades de novos negócios e produtos, dado o cenário de modernização do setor elétrico. Entretanto, é necessário alinhar a percepção de riscos.

Em relação ao preço por oferta, disse que está sendo feito um estudo pela Câmara para colocar luz nessa questão, dado que nunca foi feito, de fato, estudo para analisar a viabilidade do preço por oferta.

Modernização da matriz elétrica: Rui acredita que esse tema também já está superado pela CCEE, mas reforça que algumas térmicas do Brasil são muito caras e ineficientes, o que não é razoável e geram encargos elevados. Há a necessidade de se respeitar os contratos, entretanto, sem recontratar essas térmicas após o fim desses.

Abertura do mercado: Em relação ao tema, disse que a CCEE, em conjunto com a Aneel, tem que apresentar estudo sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado de energia elétrica para os consumidores com carga inferior a 500 kW. Segundo a Portaria MME 465/19, o prazo para a finalização do estudo é até 31.01.22. A meta das entidades é finalizar o documento até abril deste ano, para na sequência realizar discussões públicas.

Sobre o estudo Thymos, encomendado pela Abraceel, Altieri o elogiou e reforçou que a Câmara tem pouquíssimas divergências em relação ao documento, que poderão ser sanadas nas próximas reuniões agendadas em conjunto com os demais órgãos setoriais, em três sábados consecutivos. Acredita que a abertura do mercado pode ocorrer em 2023, desde que o mercado cresça de forma gradual, contínua e organizada e com foco no comercializador varejista, que precisa com urgência se consolidar no mercado.

Segurança de mercado: Abordou as três notas técnicas sobre o tema produzidas pela Câmara em 2020 e disse que estão avaliando a contraproposta encaminhada pela Abraceel, com a qual a Câmara também está alinhada, ressaltando apenas o cronograma proposto pela Abraceel, que no entendimento da CCEE poderia prever um prazo menor.

O convidado ressaltou ainda que atualmente existem no mercado 402 comercializadoras, sendo que 60 delas estão inativas há 12 meses. Questionado se isso seria um problema, Rui declarou que quando se trata da não comercialização da energia por esses empreendimentos inativos, não há problemas. Entretanto, quando se trata de comercialização da autorização dessas empresas ou quando outra está com problema no mercado, aos olhos da CCEE, há problema.

Temas estratégicos 2021

Em seguida, Rui apresentou os temas estratégicos para o ano de 2021, argumentando que considera concluídos os temas relacionados ao GSF e à modernização da matriz, substituídos este ano pelos temas que tratam da modernização do ACR, de responsabilidade do conselheiro Marco Delgado, e mercado de capacidade, de sua responsabilidade.

Sobre o mercado de capacidade, o Presidente do Conselho da CCEE informou que a Câmara já possui uma proposta sobre o tema e que foi apresentada para o MME e Aneel. Rui se prontificou em apresentar a proposta à Abraceel, ressaltando que a proposta é simples e está alinhada com a discussão de separação de lastro e energia.



Finalizando a reunião, Reginaldo agradeceu a disponibilidade de Rui Altieri e disse que a Associação está à disposição para a agenda com a CCEE, com a finalidade de conhecer a proposta para o mercado de capacidade.

A apresentação realizada está disponível na área restrita do site, seção “Apresentações exclusivas”.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Lançamento da cartilha sobre derivativos de energia é um sucesso

Matéria em 1 minuto

- Abraceel e BBCE lançam cartilha inédita sobre derivativos, com conteúdo focado para o mercado de energia;
- Objetivo da cartilha é explicar o funcionamento dessa modalidade tão relevante de compra e venda de energia e contribuir para uma evolução constante e positiva do ambiente de negociação de energia;
- A cartilha está disponível para download nos sites da Abraceel e da BBCE.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 23.02, a Abraceel e a BBCE realizaram evento para lançamento da cartilha sobre derivativos, com conteúdo focado no mercado de energia elétrica. O evento teve recorde de público, com 620 participantes presentes. Reginaldo Medeiros disse que a cartilha tem por objetivo explicar para os agentes o funcionamento dessa modalidade tão relevante de compra e venda de energia, além de contribuir para a evolução constante e positiva do ambiente de negociação.

Carlos Ratto, CEO da BBCE, ressaltou que a questão educacional não acaba na cartilha, já que, com o início da operação da plataforma de derivativos na BBCE, as iniciativas voltadas para o público, como workshops, serão frequentes.

Na sequência, Felipe Nasciben, da BBCE, pincelou brevemente o conteúdo da cartilha, que passa por explicações sobre o que

são os derivativos, como usá-los como um instrumento de gestão de risco, quais são as modalidades e sua operacionalização. Ratto explicou como a negociação de derivativos pode ser muito mais eficiente para certas operações do que o mercado físico. Por exemplo, a liquidação é simplificada e uma ficha de liquidação encerra as operações no final do dia.

O material busca atender vários perfis de colaboradores e clientes dentro da esfera de comercialização e do setor como um todo, para nivelar conhecimento sobre o assunto.



Confira os principais pontos do debate com os participantes que enviaram suas dúvidas sobre derivativos:

O que é preciso para negociar derivativos? É preciso ter cadastro na CVM?

No caso da BBCE, são necessárias informações adicionais no cadastro para operar na plataforma de derivativos (mais informações em: <https://www.bbce.com.br/cadastro/>). Em resumo, é preciso ser um agente do mercado livre, banco ou fundo para poder negociá-los. Todas as operações de derivativos são monitoradas pela CVM e pela área de supervisão e monitoramento da CCEE, mas não é preciso ter cadastro na CVM para operar derivativos.

E a segurança dessas negociações?

O derivativo tem uma determinação legal de ser registrado no momento em que acontece, o que agrega muita segurança para a operação. A BBCE reforçou sua preocupação com eventuais vazamentos de informações e explicou exigências da CVM para administrar essa modalidade, como por exemplo, que as informações sejam divulgadas, mas de forma consolidada.

Como funciona a análise de crédito e de contrapartes?

A análise de crédito é feita entre as partes, de forma bilateral, da mesma forma que no mercado físico. Há um controle de limites operacionais para negociação de derivativos na plataforma. A BBCE explicou que, evoluindo a liquidez do mercado, pode-se pensar em avanços na gestão de garantias e outros tipos de serviços relacionados.

Ratto informou que outros agentes já estão atuando nesse mercado, vide o interesse de instituições financeiras e comercializadoras de fundos na plataforma. A BBCE também iniciou a possibilidade de negociação semanal de derivativos.

Por fim, os debatedores ressaltaram que o mercado físico e de derivativos coexistem.

O mercado financeiro agrega flexibilidade para os agentes, que podem fazer sua gestão de risco independente do mercado físico. Também se colocaram à disposição para continuar esclarecendo dúvidas dos agentes sobre o tema.

A cartilha está disponível para download tanto [no site da Abraceel](#), quanto [no site da BBCE](#). A gravação do evento está disponível no YouTube, [clique neste link](#).

CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE

Abraceel tem avaliação recorde em pesquisa de satisfação

Matéria em 1 minuto

- Abraceel realiza AGO para prestação de contas 2020;
- Todos os documentos apresentados foram aprovados por unanimidade pelas associadas;
- Abraceel recebe avaliação recorde (92%) no nível geral de satisfação do associado.



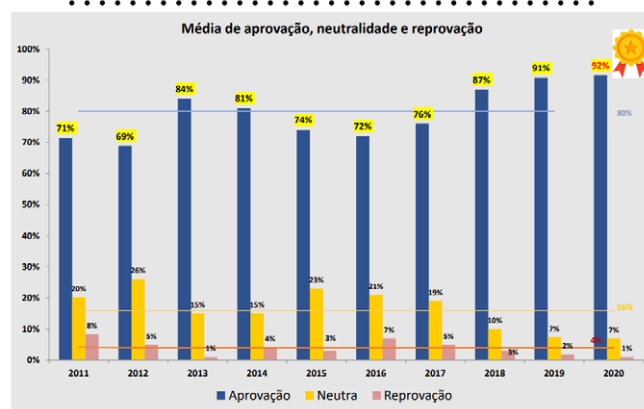
Tempo de leitura:
2 minutos

Realizamos, no dia 25.02, Assembleia Geral Ordinária, totalmente online, destinada a deliberar sobre a aprovação do relatório das atividades, prestação de contas, relatório da auditoria independente e o balanço geral da Abraceel relativos ao ano de 2020.

O presidente do Conselho, Ricardo Lisboa, deu as boas-vindas a todas as 45 empresas associadas presentes e, em seguida, passou a palavra para a diretora de Relações Institucionais, Ângela Oliveira apresentar os resultados da pesquisa de satisfação Abraceel 2020.

Seguem os destaques:

Pesquisa 2020 – Nível geral de satisfação do associado



- avaliação recorde de 93% nos resultados obtidos pela Abraceel em 2020;
- avaliação recorde de 93% da imagem da Abraceel nas empresas associadas;
- segundo ano consecutivo que a consistência técnica dos trabalhos realizados pela Abraceel atinge 100% de aprovação;
- organização dos processos internos da diretoria executiva atingem 100% de aprovação;
- processo de reunião do planejamento estratégico teve aprovação recorde de 90%;
- avaliação recorde de 92% no nível geral de satisfação do associado.

A íntegra da pesquisa foi enviada aos representantes das empresas associadas por e-mail.

Seguindo a pauta, Reginaldo apresentou a prévia do relatório anual de atividades da associação em 2020, destacando os seguintes números:

- R\$ 8 milhões de retorno de mídia, isto é, caso as matérias veiculadas da Abraceel fossem pagas, alcançariam esse valor;
- 1388 publicações na imprensa;
- 707 documentos exclusivos na área restrita do site para o associado;
- 89 cartas enviadas para autoridades com os pleitos da Abraceel;
- 22 reuniões do Conselho;
- 35 reuniões do Grupo Técnico;
- 51 edições do Relatório Semanal enviadas aos associados;
- 17 contribuições técnicas.

A versão física do Relatório Anual será enviada às empresas associadas da Abraceel.

Por fim, Reginaldo realizou a prestação de contas, apresentou o relatório da auditoria independente e o balanço geral da Abraceel em 2020. Tivemos um acumulado de receitas de R\$ 7 milhões e despesas de R\$ 6,3 milhões. Destaque para redução de despesas em viagens e custos administrativos, dada as políticas de isolamento social em virtude da pandemia. Os documentos foram colocados para votação e foram aprovados por unanimidade por todas as associadas presentes.

A apresentação realizada e os documentos aprovados na Assembleia estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção "Documentos Gerais".

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Apolo, Exponencial e Targus são as novas associadas da Abraceel

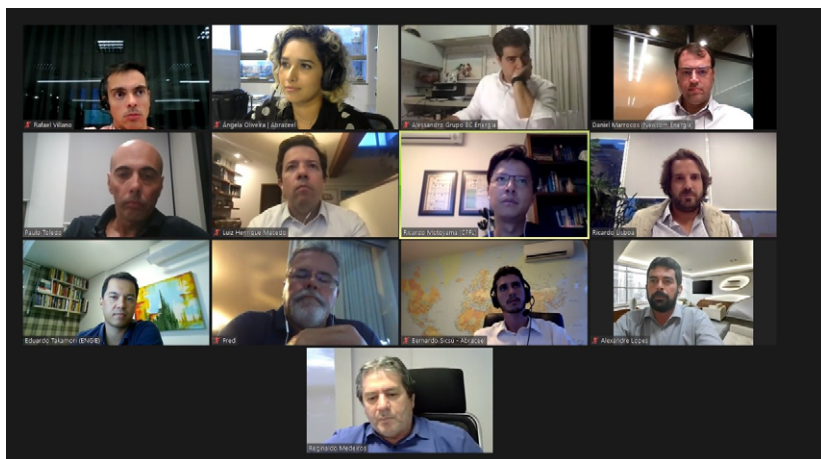
Matéria em 1 minuto

- Conselho de Administração se reuniu em 25.02;
- Na pauta, o plano de comunicação da associação para 2021, pedidos de adesão de novas empresa e avaliação das metas da Diretoria Executiva.



Tempo de leitura:
1 minuto

O Conselho de Administração da Abraceel fez sua última reunião ordinária com a composição atual no dia 25.02, para discutir o plano de comunicação para 2021, pedidos de adesão de novas empresas e a avaliação das metas da Diretoria Executiva.



Plano de comunicação para 2021

Após receber a contribuição de algumas empresas associadas, o plano de comunicação foi apresentado ao Conselho. Sobre as ações apresentadas, o colegiado sugeriu focar os investimentos nas redes sociais, que demandam menor aporte financeiro com maior alcance de público. Também sugeriram priorizar ações

com os parlamentares, dada a expectativa de rápida tramitação do PL 414/2021 na Câmara (antigo PLS 232 no Senado). O plano está disponível na área restrita do site da Abraceel e contamos com a parceria das nossas associadas para que as ações tenham o maior êxito possível.

Abraceel alcança 99 empresas associadas

As empresas Apollo, Exponencial e Targus são as novas associadas da Abraceel. Como demanda o processo de adesão, as fichas foram enviadas a todos os associados, respeitando o prazo mínimo de 48 horas para manifestação. Com o ingresso das novas empresas, a Associação alcança a marca de 99 associadas.

Metas da Diretoria Executiva

Reginaldo Medeiros apresentou os eventos e números sobre o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico de 2019, que determinou a atuação da Diretoria Executiva para 2020. Em seguida, houve debate entre os Conselheiros sobre a performance da Diretoria Executiva em 2020 quanto ao cumprimento do que foi definido pelas associadas na referida reunião de planejamento.

Abraceel apresenta estudo sobre abertura do mercado de energia elétrica ao FASE

Matéria em 1 minuto

- Abraceel apresenta estudo Thymos sobre abertura total do mercado em reunião do FASE. A associação se colocou à disposição para apresentação completa do estudo para as associações interessadas;
- Menel, presidente do Fase, solicitou manifestação das associações interessadas na apresentação para a presidência organizar o evento.



Tempo de leitura:

2 minutos

No dia 25.02, o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) fez mais uma reunião periódica, com a participação de Frederico Rodrigues, Bernardo Sicsú, Danyelle Bemfica e Yasmin Martins representando a Abraceel.

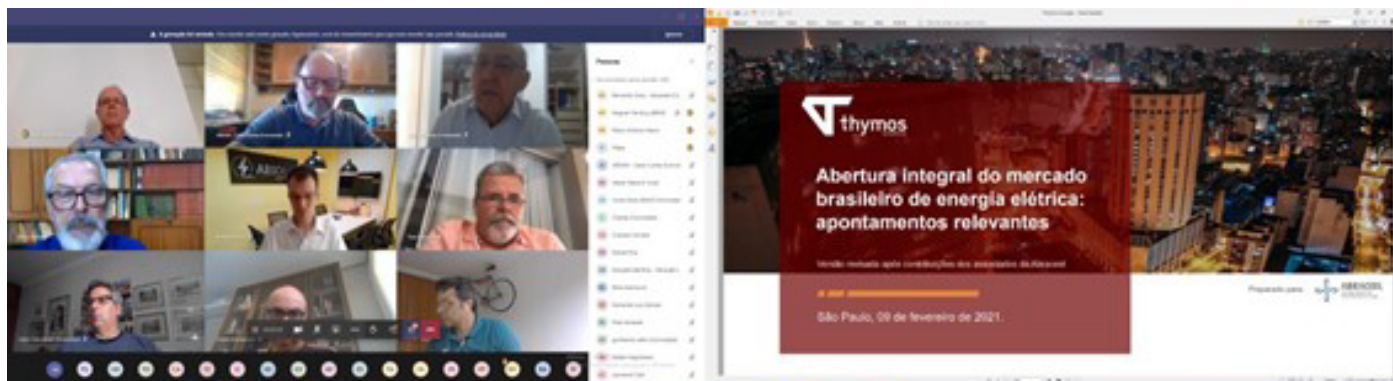
Mário Menel, presidente do Fase, anunciou a elaboração da minuta de um relatório, a ser distribuído no âmbito do Fórum, sobre as interferências de agências externas no setor (ANA, Ibama), dado os últimos acontecimentos no SEB.

Marcelo Moraes, Diretor da Abiape, teceu comentários sobre os recentes acontecimentos políticos que impactam o SEB, tais como a constituição das Comissões no Congresso e a MP 1.031/21 (desestatização da Eletrobras).

Menel também destacou as ações recentes do Fase, que incluíram o Hidrograma de Belo Monte (argumentação aceita); o apoio à aprovação da MP 998 (MP aprovada); solicitação de vetos à lei dos atingidos por barragens, em Minas Gerais (vetos parciais, mas que atendem ao SEB); apoio à célere tramitação do PLS 232/2016, que tramita na Câmara como PL 414/2021; pedido de reunião com a Aneel para discussão de tributos incidentes sobre descontos tarifários (reunião aceita); e contribuição para a CP 75 – Centralização das liquidações no segmento de transmissão (em análise pela Aneel).

Na sequência, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú fizeram a apresentação do estudo Thymos sobre abertura total do mercado de energia elétrica. A apresentação deu margem a um intenso debate, com vários pontos que ficaram para reflexão das associações componentes do Fase. A Abraceel se colocou à disposição para apresentação completa do estudo para as associações interessadas, destacando que já havia sido apresentado anteriormente à Abradee e Abeel, além de reunião agendada com a Abrace no dia

03.03. Para facilitar e racionalizar a realização dessa reunião mais detalhada, o Fase solicitou a manifestação das associações interessadas para organização da reunião com esse fim.



Finalizando a apresentação, as associações presentes elogiaram o estudo e se prontificaram a avaliar o documento e apresentar considerações. Adicionalmente, seguindo a agenda, o Fase relatou a reunião com a Aneel para tratar da cobrança em duplicidade do ICMS e PIS/COFINS sobre a parcela do desconto na Tusd, na qual a Agência se colocou à disposição para aprofundar no tema em conjunto com o mercado, porém não se manifestou formalmente sobre o assunto. **A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.**

Ao término, Menel informou de reunião agendada do Fase com o ONS, marcada para o dia 14.04 às 10 horas.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)

Entenda a MP 1.031/2021: Desestatização da Eletrobras

Art. 1º – Desestatização

- Condicionada à outorga de nova concessão para a UHE Tucuruí por 30 anos;
- Desestatização se dará na modalidade de aumento do capital social por meio da subscrição pública;
- Poderá ser acompanhada de oferta pública secundária de ações da União;
- BNDES será responsável pelo processo e poderá contratar serviço técnico especializado;
- Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) poderá estabelecer atribuições ao BNDES e à Eletrobras necessárias à desestatização.

Art. 2º – Novas outorgas

- Além de Tucuruí, autoriza a União a conceder novas outorgas de concessões pelo prazo de 30 anos para usinas com participação da Eletrobras prorrogadas pela MP 579, bem como para as usinas de Sobradinho e Itumbiara.

Art. 3º – Condicionantes para a desestatização

- Reestruturação societária para manter o controle da União sobre a Eletronuclear e Itaipu;
- Alteração dos novos contratos de concessão de geração para produção independente;
- Proibição que qualquer acionista ou bloco de acionistas detenha mais de 10% dos votos;
- Criação de ação preferencial de classe especial (“Golden share”), de propriedade exclusiva da União, com poder de veto nas deliberações;
- Manutenção do pagamento do Cepel por quatro anos a partir da desestatização, com redução do montante pago em 25% ao ano;
- Desenvolvimento de projetos para: a) revitalização da bacia do São Francisco, b) redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal, e c) revitalização das bacias com usinas de Furnas;
- CPPI poderá estabelecer condições adicionais para aprovação da desestatização pela Assembleia Geral da Eletrobras;
- Eletrobras permanecerá responsável pela recomposição de dívida e de recursos perante à RGR;
- União não poderá votar, nas deliberações da assembleia geral da Eletrobras, em matérias que tratam de algumas das condicionantes.

Art. 4º – Condicionantes para as novas outorgas

- Pagamento à CDE de 50% do valor adicionado pelos novos contratos ao longo do período de concessão, em duodécimos de quota anual;
- Pagamento dos demais 50% a título de bonificação pela outorga;
- Alteração do regime de exploração para produção independente, inclusive quanto às condições da extinção das outorgas, encampação das instalações e indenizações;
- Assunção da gestão do risco hidrológico, vedada a repactuação;
- Preservação das obrigações estabelecidas com consumidores finais atendidos por concessionárias geradoras de serviço público, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.943, de 2009, e no art. 10 da Lei nº 13.182, de 2015;
- Retira a obrigação de pagamento pelo uso do bem público em razão da alteração do regime de produção das usinas.

Art. 5º – Cálculo do valor adicionado pelos novos contratos

- CNPE responsável por fixar os valores, que serão propostos pelos Ministérios da Economia e de Minas e Energia considerando;
- Dedução dos créditos relativos ao reembolso pelas despesas com aquisição de combustíveis da CCC até o limite de R\$ 3,5 bilhões;
- Descotização de forma gradual e uniforme no prazo mínimo de 3 e máximo de 10 anos;
- Despesas para revitalização do São Francisco, redução estrutural dos custos de geração na Amazônia Legal e projetos nas bacias onde estão as usinas de Furnas.

Art. 6º – São Francisco

- Obrigação de aporte de R\$ 350 milhões por ano pelo prazo de 10 anos na revitalização dos recursos hídricos;
- Foco em ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, sem prejudicar o uso prioritário e o uso múltiplo dos recursos hídricos;
- Regulamento poderá determinar a destinação de 78,4 MWmed pelo prazo de vinte anos, contado a partir de 2022, pelo preço de R\$ 80,00 / MWh, ao operador da Transposição do Rio São Francisco – parte do aporte de R\$ 350 milhões/ano;
- Comitê gestor estabelecerá a forma de aplicação e os projetos que comporão o cumprimento da medida;
- Eletrobras aportará anualmente a totalidade do valor;
- Obrigações do aporte e da efetiva implementação dos projetos devem constar dos novos contratos de concessão e estarão sujeitas à regulação e fiscalização da Aneel;
- Eventual saldo remanescente será revertido em favor da União.

Art. 7º – Amazônia Legal

- Obrigação de aporte de R\$ 295 milhões por ano pelo prazo de 10 anos em projetos para redução estrutural de custos de geração da Amazônia Legal;
- Considerará o desenvolvimento de projetos de energia renovável ou de combustível renovável e as interligações de localidades isoladas e remotas;
- Eletrobras aportará anualmente a totalidade do valor, com demais condições semelhantes às aplicadas no caso do São Francisco.

Art. 8º – Furnas

- Obrigação de aporte de R\$ 230 milhões por ano pelo prazo de 10 anos na revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios de hidrelétricas de Furnas;
- Foco em ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios.

Art. 9º – Novas sociedades

- Autoriza a União a criar sociedade de economia mista ou empresa pública para manter o controle da União na operação de usinas nucleares, manter a titularidade do capital social e aquisição dos serviços de eletricidade de Itaipu, gerir contratos de financiamento que utilizem recursos da RGR celebrados até 17 de novembro de 2016 e administrar a conta corrente do Procel.

Art. 10 – Veda a subscrição

- União não poderá subscrever novas ações da Eletrobras na sua desestatização.

Art. 11 – RGR

- Nova sociedade a ser criada pela Eletrobras para gerir os contratos da RGR fará jus à taxa de administração contratual e deverá reembolsar à RGR, no prazo de cinco dias, os recursos referentes à amortização, taxa de juros contratual e taxa de reserva de crédito;
- Fixa regras para os casos de eventual inadimplemento e reembolso, com aplicação de juros e multa;
- Exime a nova sociedade de eventuais responsabilidades e obrigações relativas à gestão da RGR originárias de fatos anteriores à Medida Provisória, pelo risco de crédito relativo aos empréstimos, bem como da responsabilidade pela recomposição de dívida ou pelos eventuais valores de que trata o art. 21-A da Lei nº 12.783, de 2013.

Art. 12 a 18 – Disposições finais

- Mantém as garantias concedidas pela União à Eletrobras e subsidiárias em contratos já firmados;
- Autoriza a União a designar órgão ou entidade da administração pública federal para adquirir a energia de Itaipu, que ficará encarregado de realizar a comercialização “nos termos da regulação da Aneel”;
- Define como fonte de receita da CDE as quotas anuais a serem pagas nos termos da MP;
- Condiciona a capitalização da Eletrobras na conversão da MP em lei.

Foram apresentadas 570 emendas

Mais informações clicando aqui

NOVO RITO DE TRAMITAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA



Publicação da Medida no DOU



Prazo para emendas: 2 dias úteis



1ª Votação: Câmara dos Deputados
relatoria a definir



2ª Votação: Senado Federal
relatoria a definir



Se o Senado aprovar o mesmo texto que a Câmara, a matéria segue para sanção. Se houver mudanças, a matéria deve retornar para a análise final dos deputados



CURTAS

Inscrições abertas para candidatura ao Conselho

Continua aberto o período para registro de candidaturas ao Conselho de Administração da Abraceel para o biênio 2021-2023. A eleição ocorrerá no dia 11.03, às 9h30, em processo totalmente online. Podem concorrer à eleição para o Conselho aqueles que sejam efetivamente representantes oficiais das empresas associadas perante a Abraceel, conforme os registros constantes na Associação. **Para se inscrever, basta manifestar-se por e-mail à Diretoria Executiva (abraceel@abraceel.com.br) até 48 horas antes do momento da abertura da assembleia de votação, isto é, às 9h30 do dia 09.03.** Candidaturas registradas até o fechamento desta edição do Relatório Semanal por ordem de inscrição e como aparecerão na cédula de votação:

1. Ricardo Lisboa, Delta;
2. Moacyr Carmo, Argon;
3. Eduardo Takamori, Engie;
4. Camila Schoti, Eneva;
5. Marcos Aurélio, Cemig;
6. Marco Sureck, Echoenergia;
7. Alessandro de Brito Cunha, BC Energia;
8. Daniel Marrocos Camposilvan, Newcom;
9. Ricardo Motoyama, CPFL;
10. Eduardo Diniz, Votorantim;
11. Paulo Surur, Energética;
12. Paulo Tarso, Vivaz;
13. David Barmak, Tempo.

PDE 2030

No dia 25.02, por meio da Portaria Normativa 02/21, o MME aprovou o Plano Decenal de Energia 2030 (PDE 2030), e determinou que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético coordene e dê sequência ao processo de aperfeiçoamento das metodologias, dos critérios e dos procedimentos adotados na elaboração do PDE, em articulação com as demais secretarias do MME e com a EPE. **A versão final do documento está disponível em: <https://bit.ly/2O3afpY>.**

Abraceel participa de café da Frente pelo Livre Mercado

Alexandre Lopes e Ângela Oliveira participaram do café da manhã da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, no dia 24.02. Na ocasião, a Frente alinhou suas prioridades de trabalho, bem como anunciou a mudança da presidência para o Deputado Daniel Coelho (Cidadania-PE), que substitui o antigo líder, Deputado Kim Kataguiri (DEM-SP). A Abraceel aproveitou a oportunidade para se reunir com o novo presidente da Frente para apresentar a pauta da Abraceel, em especial o PL 414/2021, que começou a tramitar na Casa. Também falou sobre o PL 4476 (nova lei do gás), com expectativa para deliberação na próxima semana.



Resposta da demanda: Regras e Procedimentos de Comercialização provisórios

No dia 24.02, por meio do comunicado 138/21, a CCEE informou que estão disponíveis em seu site as novas versões provisórias das Regras e Procedimentos de Comercialização referentes ao programa de resposta da demanda, contemplando as alterações trazidas pela Portaria MME 460/20 e pela Resolução Normativa Aneel 911/20. Os documentos foram adequados para considerar que, tanto o montante financeiro resultado da oferta do consumidor quanto o resultado do MCP referente à redução da demanda ficarão isentos do rateio da inadimplência da liquidação financeira do MCP, além de ampliar a participação aos consumidores localizados em todos os submercados do SIN. De acordo com a Portaria MME 460/2020, as novas versões provisórias têm vigência até 30.04.2022. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3dKNvG4>.**

Pauta Aneel – Orçamento CDE 2021 e Retificação da REN 870/20

Estão na pauta da reunião pública da diretoria colegiada da Aneel que será realizada na próxima terça-feira, dia 02.03, (i) a definição do orçamento anual da CDE 2021 e (ii) a retificação da REN 870/20, que aprovou as regras de comercialização de energia elétrica aplicáveis ao sistema de contabilização e liquidação. Sobre o item “ii”, trata-se de um erro material identificado pela CCEE, durante a operacionalização das recontabilizações do MCP previstas na REN 870/20, que deixou de relacionar os módulos das regras que tratam da receita de ven-

da dos contratos regulados, e que, portanto, devem ser recalculadas para a correta operacionalização das diretrizes contidas da Resolução. **A minuta de voto está disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias_area/arquivos/48500.002710-2016-35.pdf.**

Relatórios Técnicos GT Metodologia CPAMP

A versão final da Contribuição enviada pela Abraceel à Consulta Pública MME 103/21, que discute os relatórios técnicos do GT Metodologia da CPAMP das atividades (i) volatilidade do CMO/PLD; (ii) representação hidrológica; e (iii) produtividade hidroelétrica, está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca> Contribuições e Notas Técnicas”.

Reginaldo Medeiros é designado Diretor do Deinfra/Fiesp

O Presidente da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) encaminhou email ao nosso Presidente Executivo, Reginaldo Medeiros, parabenizando-o pela sua designação, por meio da Resolução da Presidência 28, datada de 11.02.2021, como Diretor do Departamento de Infraestrutura do CIESP - DEINFRA, com mandato a ser exercido no período de 11.02.21 a 31.12.21.

Alterações nos modelos de formação de preços

Mapeamos as principais alterações relacionadas aos modelos de formação de preços em andamento nos grupos de estudo e trabalho das instituições setoriais:

CPAMP

- (i) Volatilidade CMO-PLD: desconsideração da ENA como variável de estado na FCF do modelo Newave;
- (ii) Geração de cenários: avaliar a proposta em que cenários de afluência preservem por um período de tempo maior a condição hidrológica recente, metodologia PAR(p)-A;
- (iii) Produtibilidade: aprimoramento na representação da produtibilidade e perda hidráulica;
- (iv) VminOP: acoplamento do VminOP do Newave para o Decomp;
- (v) Elevação EARM: avaliar mecanismos visando elevação estrutural dos níveis de armazenamento dos reservatórios;
- (vi) Revisão da taxa de desconto;
- (vii) Aprimoramentos no SUISHI: implementação das regras operativas para a bacia do São Francisco no módulo de energia firme + validação do módulo hidrotérmico;
- (viii) Dessem: Unit Commitment hidráulico
- (ix) Modelagem das fontes intermitentes (eólica);
- (x) Newave híbrido: representação das usinas hidrelétricas de forma individualizada no horizonte próximo da tomada de decisão.

Comitê PMO/PLD:

- (i) Comissão Deliberativa e Gestora dos Modelos Satélites: GEVAZP;
- (ii) FT-PrevCargaDessem;
- (iii) GT SMAP: aplicação dos modelos chuva-vazão em horizonte estendido no modelo Decomp;
- (iv) Comissão Gestora para Dados, Processos e Regulação;
- (v) GT UHE Tucuruí: novo formato consideração do modelo Decomp da Curva Referencial de Deplecionamento de Tucuruí;
- (vi) GT Geração Eólica: incorporação da previsão de geração eólica na 1ª semana operativa do Decomp.

Aneel

- (i) Revisão da Governança do PMO/PLD (REN 843/2019)

Nota técnica ONS - Curva Referencial de Armazenamento para 2021

O ONS divulgou nota técnica sobre a construção da curva referencial de armazenamento (CRef) para o ano de 2021. A curva busca estabelecer metodologia para avaliação da necessidade de despacho térmico fora da ordem de mérito, que auxilia o CMSE na tomada de decisão. Segundo a ata da reunião do Comitê de 03.02, a curva não terá caráter determinativo, mas trará maior robustez e transparência ao processo, especialmente no contexto de significativo DFOM. Segundo a CCEE, no último trimestre de 2020 os custos totais relacionados ao DFOM foram de R\$ 4,95 bilhões, e em janeiro de 2021 foi estimado um custo de R\$ 2,29 bilhões. Conforme metodologia, a CRef foi definida de forma a assegurar, no subsistema SE/CO, um armazenamento mínimo de 20% ao final do segundo ano (novembro de 2022), resultando em três curvas de referência, cada uma associada a uma premissa de geração termelétrica. Para os demais subsistemas, as restrições de armazenamento mínimo serão de 30% para o Sul; de 23,5% para o Nordeste; e 20,8% para o Norte, resultando em uma única curva de referência por subsistema. O ONS sugere que as CRef sejam revisadas a cada ciclo quadrimestral de atualizações do planejamento de médio prazo (horizonte de 5 anos). **A nota técnica do ONS e a ata completa do CMSE estão disponíveis em <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cmse/atas/2021>.**



PRÓXIMA SEMANA

01.03 – segunda-feira: Vice-Presidência de Energia participa do Encontro do PLD, realizado pela CCEE, às 15h.

02.03 – terça-feira: Reginaldo Medeiros participa de pesquisa para avaliação da governança do ONS, às 11h.

03.03 – quarta-feira: Reginaldo Medeiros participa de reunião do COINFRA, que terá como palestrante o Secretário de Energia Elétrica do MME, Rodrigo Limp, às 10h;

A Abraceel participa de reunião com a área técnica da Abrace para apresentação do estudo da Thymos sobre abertura integral do mercado de energia, às 16h.

04.03 – quinta-feira: Reginaldo Medeiros participa do Webinar ÚNICA: sustentabilidade ambiental, bioeletricidade e selo energia verde, às 15h.

05.03 – sexta-feira: Diretoria Executiva se reúne com o Diretor da Aneel, Efrain Cruz, para discutir sobre o tema de Geração Distribuída.

06.03 – sábado: Abraceel e Thymos se reúnem com técnicos do MME, Aneel, CCEE, EPE e ONS para detalhar o estudo de abertura integral do mercado de energia, às 9h.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)



CALENDÁRIO ABRACEEL

MARÇO

11.03 | 9h30 - Eleição do Conselho

18.03 | 17h - Reunião do Conselho

ABRIL

08.04 | Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico (a confirmar)

29.04 | 17h - Reunião do Conselho

MAIO

13.05 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

[CLIQUE/TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA O ÍNDICE](#)